

# ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

JOSÉ OLAVO PONTE FILHO<sup>1</sup>  
Francisco Leonardo Ponte<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o conceito de ética e responsabilidade social e tentar compreender o interesse e adesão das organizações nesse tema nos últimos anos, se por simples voluntarismo ou por se tratar de um compromisso imposto, uma contraprestação devida à sociedade. Para tanto, partiremos do conceito de ética e responsabilidade social a fim de melhor compreender estas terminologias, bem como de toda sua abrangência na área da administração. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, consideramos também imprescindível de se abordar aspectos relevantes como o nível social da ética, a relação com a política das organizações, os sistemas de valores, o relativismo cultural, o relativismo e o absolutismo da ética e, entre outras, pontos em torno do que se refere aos códigos de ética e, enfim, a doutrina da responsabilidade social.

Palavra-chave: Ética. Responsabilidade social. Organizações.

## ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the concept of ethics and social responsibility and try to understand the interest and commitment of the organizations on this issue in recent years, by simple voluntarism or because it is a tax appointment, due consideration to society. Therefore, we leave the concept of ethics and social responsibility in order to better understand these terminologies as well as all its coverage in the area of administration. The methodology used was the bibliographical research, also consider essential to address relevant aspects such as the social level of ethics, the relationship with political organizations, value systems, cultural relativism, relativism and absolutism of ethics, and among others, points around the regard to codes of ethics and, finally, the doctrine of social responsibility.

Keyword: Ethics. Social responsibility. Organizations.

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Direito da Faculdade Luciano Feijão. Professor efetivo da rede pública de ensino médio do Estado do Ceará. Graduado em Letras pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em Estudos Linguísticos e Literário pela Universidade Estadual Vale do Acaraú.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Direito da FLF.

## 1. INTRODUÇÃO

É necessário cuidar da ética para não anestesiarmos a nossa consciência e começarmos a achar que tudo é normal. *(Mario Sergio Cortella)*

A disciplina de Teoria das Organizações no curso de Direito da Faculdade Luciano Feijão, muito se falou das teorias da administração. Conseguiu-se abranger, através da estratégia envolvente de seminários, todo o conteúdo previsto na ementa, apesar do pouco tempo que foi destinado a esta.

Imprescindível é ressaltar a importância destas teorias administrativas para o enriquecimento do aprendizado do estudante de Direito, uma vez que proporcionam uma melhor compreensão das organizações sejam elas públicas ou privadas. Não menos importante é relacioná-las ao funcionamento da organização do Estado, haja vista ser este uma grande associação composta de muitos setores.

Mas entre as várias teorias mencionadas e apreciadas em nosso estudo, o qual viabilizou uma conclusão de que nenhuma se sobrepõe a outra e sim que cada uma deu sua contribuição na evolução das técnicas de administrar, chamando atenção o tema da ética e responsabilidade social, com o que foi possível entender que, durante muitos anos da prática administrativa, o principal objetivo das organizações era auferir lucro e agradar os interesses dos acionistas. O interessante é que nos últimos anos, não por voluntarismo ou por se tratar de um compromisso com a sociedade, as empresas cada vez mais aderem ao tema e o encrava em seu sistema.

Qual razão levou as empresas a considerarem este assunto é uma das perguntas que pretendemos elucidar com este trabalho. Para tanto, em tão humilde trabalho de leiga abordagem, partiremos do conceito de ética e responsabilidade social a fim de melhor compreender estas terminologias, bem como de toda sua abrangência na área da administração.

Além do que foi mencionado como caminho percorrido para responder a questão proposta, em nossa metodologia de pesquisa bibliográfica, consideramos também imprescindível de se abordar aspectos relevantes como o nível social da ética, a relação com a política das organizações, os sistemas de valores, o

relativismo cultural, o relativismo e o absolutismo da ética e, entre outras, pontos em torno do que se refere aos códigos de ética e, enfim, a doutrina da responsabilidade social.

De muita contribuição para a realização deste trabalho foram as reconhecidas obras de Chiavenato e Maximiano, além de outras que de maneira não menos importante favoreceram a compreensão do assunto considerado e à conclusão desta pesquisa.

## **2. CONCEITO DE ÉTICA**

Muitas são as acepções sobre a ideia de ética. Neste trabalho, procuramos relacionar seu conceito à área da administração. Assim, poderemos conferir que ética se volta para a questão do comportamento dos indivíduos, neste caso, dentro das organizações definindo e avaliando as condutas.

MAXIMIANO (2010), uma das maiores autoridades no assunto, atrela ética à moral sustentando que as duas têm as mesmas bases etimológicas e se voltam aos hábitos e costumes no sentido de normas de comportamento. Com este entendimento, busca-se um comportamento ideal que, para o mesmo autor é definido por meio de um código de ética.

A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é, da aprovação ou reprovação do comportamento observado em relação ao comportamento ideal. (MAXIMIANO, 2010. p, 414).

Em consonância temos o juízo de CHIAVANATO (p. 604) “a ética é o conjunto de valores ou princípios morais que definem o que é certo ou errado para uma pessoa, grupo ou organização.” O autor ainda afirma que o comportamento ético acontece quando a organização incentiva seus membros a si comportarem de acordo com certos valores e princípios que proporcionam o bem-estar pessoal e, também, das outras pessoas.

Apoiando-se nesta tese, o escritor sugere que o comportamento ético influencia no processo corporativo de tomada de decisões e na relação que atinge seus parceiros.

“A ética constitui um elemento catalisador de ações socialmente responsáveis da organização por meio de seus administradores e parceiros. Administradores éticos alcançam sucesso a partir de práticas administrativas caracterizadas por equidade e justiça. Sem ética, as organizações não podem ser competitivas. Ética e competitividade são inseparáveis. Nenhuma organização pode competir com sucesso quando as pessoas procuram enganar as outras, tentam aproveitar-se das outras, as ações requerem confirmação de cartório porque não se acredita nas pessoas, cada disputa acaba em litígio nos tribunais, e os negócios não são honestos.”(CHIAVENATO, p. 605)

Podemos perceber, assim, que o autor atribui grande importância à ética até mesmo para o sucesso da empresa uma vez que esta faz com que seus administradores atuem com justiça e equidade. Ao lado disso, o mesmo observa quanto a relação de credibilidade que não têm as empresas desonestas, já que para ele ética e competitividade são inseparáveis e todo sistema de valores presume confiança e justiça.

O renomado autor adiciona que as práticas éticas nas organizações beneficiam o *aumento de produtividade*, a *melhoria da saúde organizacional* e a *minimização da regulamentação governamental*.

Bem até aqui podemos compreender o conceito de ética e sua importância dentro das organizações. Mas, voltando-se para a forma de como ela é aplicada, através dos chamados códigos de ética como já foi mencionado, é bom que melhor os entendamos.

### **3. CÓDIGOS DE ÉTICA**

Ora, não é difícil entender esta terminologia uma vez que esta faz parte da vida cotidiana de cada cidadão, pois todos nós estamos submetidos a um grande código que tenta harmonizar a vida em sociedade que dentre as diversas vontades populares organiza as ações para alcançar o bem comum. Trata-se, pois, da Constituição Federal, que organiza, estrutura e norteia o Estado brasileiro.

Ocorre então, que dentro desta grande organização que é o Estado, existem outras menores como a dos médicos, a dos advogados, a dos jornalistas, a dos partidos políticos, a das instituições religiosas, etc.

Esses códigos de conduta são expressos como juramentos, como no caso dos médicos, ou como obrigação no caso dos motoristas ao avisarem por meio de sinais de luz que há um acidente, perigo ou fiscalização na estrada. Enfim, eles

fazem parte de um sistema de valores que orientam o comportamento de pessoas, dos grupos, das organizações e de seus administradores.

Para Maximiano (2010, p. 414), “a ética estabelece a conduta apropriada e as formas de promovê-la, segundo as concepções vigentes na sociedade como um todo ou grupos sociais específicos.” Isso, em grosso modo, significa dizer que os códigos de conduta refletem os valores vigentes em dada sociedade. Destarte, se é um valor social o respeito, o código de ética das organizações deveriam conjecturar esta norma na conduta de seus membros.

Entendido o que são, para que servem e em que pressupostos se baseiam os códigos de ética, válido agora é conhecer a abrangência da ética.

#### **4. ABRANGÊNCIA DA ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO**

Segundo MAXIMIANO (2010), essa discussão abrange a administração das organizações e de suas relações com a sociedade e para Stoner, esses aspectos podem ser classificados em quatro categorias ou níveis principais, a saber:

##### **4.1 O nível social**

Envolve as questões éticas relacionadas com a própria presença, papel e efeito das organizações na sociedade.

Exemplos de questões éticas no nível social: É justo um executivo ganhar dezenas de salários dos trabalhadores operacionais?

##### **4.2 O nível do *Stakeholder***

*Stakeholder* é a mesma coisa que “parte interessada” ou mesmo “acionista”. Este nível envolve obrigações das organizações em relação a todos os que dela dependem ou são por elas afetados.

Um exemplo seria a relação do impacto da operação e desativação de fábricas sobre as comunidades, os fornecedores e os distribuidores.

##### **4.3 O nível da política interna da empresa**

Este nível envolve a relação da empresa com seus empregados. Muitas decisões que as empresas tomam são afetadas por estas questões éticas.

Exemplo é a obrigação da empresa com seus funcionários, ou o tipo de decisão que os funcionários devem ter nas empresas.

#### **4.4 O nível individual**

Este nível se refere à maneira como os indivíduos devem se tratar dentro da empresa.

Exemplos são as obrigações e direitos que as pessoas têm como seres humanos e trabalhadores; as obrigações em relação aos empregadores, funcionários e colegas, etc.

As decisões neste plano têm repercussão no clima organizacional e na qualidade de vida percebida pelos funcionários. MAXIMIANO (2010, p. 415 e 416)

É necessário observar o valor da ética em cada nível e a sua importância para a harmonia das relações pessoais, profissionais e negociais. Veja, também, que os estudiosos do assunto fazem grande esforço para enfatizar em cada uma destas categorias a gravidade, a seriedade com que devem ser tomadas as decisões e o cuidado com a sua repercussão.

Se a ética é tão imprescindível como defendem os estudiosos do assunto e se para implementá-la é através de Código de Conduta, com base em que valores estes códigos serão elaborados? Ou mais especificamente, como estes valores são instituídos?

### **5. OS SISTEMAS DE VALORES**

Quando manifestamos nossa opinião acerca de algo, ou quando dizemos que alguma coisa é bonita ou feia, estamos fazendo julgamentos. No campo específico das organizações, o ato de julgar significa atribuir valores sobre o que é desejável ou não de maneira a oferecer justificativas para a tomada de decisões. Maximiano, explicando essa relação, vale-se do exemplo de uma garota que se vê diante de uma escola entre a profissão de ser modelo ou professora. Na qual cabível é a pergunta “por quê?” sendo a resposta a dimensão dos valores. Assim os demais indivíduos, sociedades e empresas também têm seus valores.

Sem desviar-se da linha de pensamento do mesmo, podemos perceber que ele reconhece os valores como sendo a base dos códigos de ética.

“Os valores que orientam o comportamento ético, e que permitem classificar os comportamentos dentro de qualquer escala de desenvolvimento moral, foram e continuam sendo propostos por filósofos e diversos tipos de líderes..., ...essas pessoas manifestam opiniões a respeito de como a sociedade deveria ser, e o fazem de maneira a influenciar as convicções alheias.” MAXIMIANO (2010, p. 417).

Outra forma por onde os valores aparecem diz respeito aos usos e costumes, da religião, das ideologias políticas e etc., que chegam a apreciar o comportamento social considerando-os certos ou errados, assinalando o que é vício e o que é virtude.

Como bem sabemos, desde eras longínquas o homem tem se preocupado com a construção de sistemas de valores. Vamos ficar com os três representantes de fases distintas que participaram dessa construção, mencionados por Maximiano (2010).

Primeiramente, temos a maneira oriental de administrar e fazer negócios orientada por Confúcio (551-479 a. C.). Um dos princípios deste sábio chinês se refere ao que chamamos de conduta virtuosa que consiste em tratar os outros como gostaríamos de ser tratados. Para Confúcio, o sujeito deve desenvolver habilidades, adquirir educação, trabalhar duro, não gastar mais dinheiro que o necessário, e cultivar a paciência e a perseverança.

Maximiano lembra que Confúcio morre sem ver suas ideias postas em prática, entretanto fácil é notar o quanto todas essas suas sábias orientações são trazidas à baila nos dias modernos.

A segunda fase é representada pelas ideias de Aristóteles e esboçam as raízes da maneira ocidental de conduzir os comportamentos. Este filósofo grego que viveu no quarto século antes de Cristo formulou uma ética que diz respeito à virtude e ao bem-estar das pessoas. Cada pessoa deveria buscar a felicidade e esta não se encontra no prazer, nem na fortuna, nem no poder. Para ele, o homem deve buscar a vida virtuosa, a vida direita, cheia de amigos, de participação na comunidade e ocupada com atividade filosófica e contemplação. As virtudes, das quais Aristóteles se ocupou são aquelas que fazem um ser humano excelente e com quem é bom viver: coragem, temperança, senso de justiça, bom senso de humor, veracidade e cordialidade.

Logo, faz-se necessário relevar a importância destas virtudes atribuídas ao indivíduo, atualmente, imprescindíveis nas relações que envolvem as empresas. Nas decisões é preciso ter coragem e temperança, nos relacionamentos cotidiano interpessoal senso de justiça e de humor melhoram a atmosfera, a veracidade fortalece a confiança e o comprometimento com os propósitos da empresa e a cordialidade sempre agrada.

A terceira fase ou maneira de construir valores é fruto das elucubrações do filósofo alemão Immanuel Kant. Este transforma as “regras de ouro” suscitadas por Confúcio no Oriente, em dois “imperativos categóricos” para estabelecer o comportamento ideal da vida em sociedade.

O primeiro articula que uma ação só é moralmente correta para uma pessoa se a razão dessa pessoa para tal ação é razão que essa mesma pessoa desejaria que outras pessoas tivessem ao agir, em qualquer situação semelhante.

O segundo imperativo categórico profere, por sua vez, que uma ação é moralmente correta se uma pessoa, ao agir, não use simplesmente outras pessoas como meios para alcançar em seus próprios interesses.

Como podemos perceber, as diferentes versões das regras de ouro estão na base da maior parte dos princípios éticos estabelecendo que um comportamento só é bom e aceitável se for bom e aceitável para outras pessoas. MAXIMIANO (2010, p. 418 e 419).

Numa sociedade ideal, totalmente civilizada e consciente, talvez a imposição desses códigos de conduta de maneira compulsória fosse dispensável, entre tanto, como afirma REALE em sua obra *Lições Preliminares de Direito*, se referindo à “teoria do mínimo ético”, nem todos estão prontos ou dispostos a praticar voluntariamente os preceitos e valores morais que contribuem para a convivência harmoniosa da sociedade, então ele sugere o Direito, ou seja, seguimento social que impõe as normas e sanciona quem as não cumprir.

## **6. A EVOLUÇÃO DA ÉTICA**

Ao abordar esse assunto, logo evocamos a lembrança de como eram os códigos de conduta dos tempos remotos. Se atentarmos para a Bíblia, no pertinente aos dois testamentos, fica fácil compreender esta evolução ética: O antigo testamento baseava-se na lei do antigo código de Hamurabi, maximizando-se o



adágio “olho por olho, dente por dente”, positivado por Moisés sob a égide de um Deus castigador e impiedoso (Pentateuco). Já o Novo Testamento, de forma diferente, apregoa que “devemos amar nossos inimigos”, revelando um Deus piedoso, que ama e que perdoa.

Também, ao longo da história da Europa, podemos observar que os governantes utilizavam práticas violentas como a tortura e execuções a fim de manter a ordem social, o que era visto pelas pessoas que assistiam a tudo aquilo como se fosse um espetáculo. Tais práticas, depois de manifestações de iluministas como Cesare Beccaria, ao publicar seu livro *Dos delitos e das penas*, proporcionaram uma nova consciência moral e ética e, nos dias de hoje, tais métodos são considerados em todo mundo como repugnantes, abomináveis e condenáveis.

Um outro aspecto que podemos relacionar à evolução ética diz respeito ao preconceito com negros que antes eram tratados comumente como escravos, sendo esta prática aceitável pela sociedade e até mesmo pela Igreja. Nos dias de hoje, a escravidão é considerada um mal vergonhoso e ‘todos’ lutam para edificar uma sociedade mais justa e igual.

Conceitos como civilização, virtude coletiva, igualdade, respeito à pessoa e direitos humanos estão ligados intimamente à mudança evolutiva dos costumes. O processo de administrar as organizações é influenciado por essa evolução. Ideias como segurança do usuário, proteção ao ambiente, proteção da mulher e do menor e direitos iguais no trabalho são relativamente recentes. Certamente a evolução dos costumes criará novos valores, com os quais os administradores do futuro deverão conviver. MAXIMIANO (2010, p. 420).

As palavras do erudito professor vêm corroborar com que havíamos afirmado no início do texto, quando comentávamos acerca do código de ética. Eles refletem os valores cultivados pela sociedade, portanto tendem a acompanhar as mudanças quando estas evoluem.

Imaginemos, assim, a época em que se privilegiou mais a propriedade do que a dignidade da pessoa humana. Imaginemos o momento histórico em que a mulher era considerada objeto e não um sujeito de direito.

## **7. A INTERPRETAÇÃO DOS VALORES ÉTICOS**

A interpretação dos valores éticos pode ser absoluta ou relativa. O comportamento ético relativo baseia-se na premissa de que as normas de conduta

dependem da situação. As normas que são eficazes numa situação podem não ser em outras. O comportamento ético absoluto fundamenta-se na premissa de que as normas de conduta são válidas para todas as situações. Certo é certo e errado é errado para todas as circunstâncias. Este enfoque tem como resultado o *idealismo moral*.

## **8. RELATIVISMO CULTURAL**

Um dos problemas éticos de difícil resolução está no que envolve as questões étnicas, isso podemos inferir, porque, à medida que as empresas se internacionalizam, principalmente agora na era da globalização, elas se deparam em outros países e, obviamente com cultura e costumes diferentes.

De acordo com Hannagan (*apud* MAXIMINIANO (2010, p. 422),

Muitas pessoas diriam que a maneira mais simples de lidar com os problemas éticos consiste em adotar o relativismo moral. Ou seja: adotar os valores locais quando se estiver negociando num determinado local.

O mesmo teórico ainda alerta para esta prática da adoção do relativismo cultural ser um problema sério.

Se é desejável que os ocidentais adotem as normas que prevalecem em outros países, o mesmo deve-se aplicar em situação inversa.” Hannagan, como argumento para sustentar sua ideia, cita o caso dos imigrantes que deveriam se adequar às normas e aos costumes do local onde chegam. Teriam que ser proibidos de se expressarem religiosamente, se não fosse por uma religião local. Entretanto, estas proibições violariam o princípio de liberdade que são inerentes aos indivíduos. MAXIMINIANO (2010, p. 422)

Para Maximiniano (2010) os problemas vão além dos dilemas morais chegando a atingir na prática. Um exemplo ilustrativo disso seria o caso dos “juros” que nos países islâmicos não podem constar nas transações de exportação por ser um crime.

## **9. ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO ÉTICO**

Três são os estágios de desenvolvimento morais de acordo com Maximiniano(2010):

1. **Estágio pré-convencional:** é a lei do mais esperto que prevalece, por isso associada ao darwinismo social. Na verdade não há, ainda, regras. Ex: O mundo é dos espertos. Cada um por si. O negócio é levar vantagem em tudo. Os outros que se danem.

2. **Estágio convencional:** como o próprio nome deixa-nos entender, as regras são obedecidas por conveniência, é a ética das convenções. Ex: Se me comportar como os outros esperam que me comporte, poderei levar vantagem disso.

3. **Estágio pós-convencional:** aqui temos o caso em que as regras são seguidas por convicção. As pessoas não agem por obrigação ou por convenção, porém porque são conscientes que são certas. Trata-se de um idealismo moral. Ex: Mulheres e crianças primeiramente. Minha liberdade termina onde começa a do vizinho.

É interessante notar que as empresas ao longo da história, também, já se passaram por esses três estágios mirando seus negócios. Houve o tempo que as organizações se propunham a auferir lucro acima de tudo, não se importando com as consequências e impactos poderiam ocasionar socialmente. Em seguida, diante dos abusos cometidos pela falta de limites, foram estabelecidas algumas regras que todas as empresas deveriam obedecer para coexistir no mercado.

Na atualidade, parecem existir todos ao mesmo tempo, entretanto com a predominância do estágio pós-convencional, não por pura convicção das organizações em aderirem a estas normas agradáveis ao gosto social, mas, sobretudo, por se sentirem pressionadas por instituições ecológicas, sociais, etc., que de um jeito ou de outro acabam conduzindo o modo de pensar e de se comportar no meio social.

## **10. RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Depois de termos abordado as questões que envolvem a ética na administração, daremos continuidade ao estudo tentando compreender o que é responsabilidade social e por que ultimamente ela vem sendo muito discutida dentro de uma perspectiva de ser importante e imprescindível para o mundo organizacional.

Isto será de melhor compreensão, se nos determos à história da administração como propõe a leitura do livro *Ética e responsabilidade social nos negócios* organizado por Patricia Almeida Ashley, no qual veremos que nem sempre se deu tanta ênfase a este modo de se administrar.

A obra revela que no começo os administradores se preocupavam pura e simplesmente em lucrar e atender aos interesses dos acionistas, não tendo nenhuma intenção de colaborar com o bem-estar social. Com o advento da sociedade pós-moderna, e com a evolução da conduta ética, as organizações tiveram que aderir às normas exigidas pelo meio social para, digamos, ficar com uma boa imagem.

Entretanto, isto tem a ver com responsabilidade social? O que esta significa? E por que este assunto vem ganhando tanta importância?

Segundo CHIAVENATO,

A responsabilidade social significa o grau de obrigações que uma Organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses. Em geral, ela representa a obrigação da organização de adotar políticas e assumir decisões e ações que beneficiem a sociedade. A responsabilidade social significa a obrigação gerencial de tomar ações que protegem e melhoram o bem-estar de toda a sociedade e os interesses organizacionais especificamente. Os administradores devem buscar alcançar objetivos organizacionais e objetivos societários. CHIAVENATO (2005, p.607).

Para Maximiano, a discussão sobre a ética na administração é originada pelo fato de existirem algumas opiniões que atribuem às organizações responsabilidades sociais – tendo elas que agir no melhor interesse da sociedade. Assim devem pautar sua conduta no estágio pós-convencional de desenvolvimento moral.

Para o mesmo autor, se a ética é qualidade nas relações humanas e indicador de desenvolvimento social, não há dúvida que as organizações têm obrigações ou responsabilidades sociais uma vez que suas ações afetam a vida de muitas pessoas. Ele ainda lembra para o fato de estas responsabilidades, se não cumpridas, poderem ser cobradas e exigidas por pessoas que se dispõem em cobrá-las com seu ativismo político. Por exemplo, o autor cita duas correntes nesse sentido:

A primeira corrente é chamada de *doutrina da responsabilidade social*. Aqui, se as empresas usam recursos da sociedade, é justo que se tenha responsabilidade. A segunda é conhecida como *doutrina do interesse do acionista*, que prevalece a ideia de que a empresa tem compromissos unicamente com seus acionistas.

É bom que se fale que muitas empresas se veem forçadas a aderir à doutrina da responsabilidade social para, como já decantamos, ficarem com uma boa imagem no mercado e não perderem espaço para os concorrentes.

### **11. POR QUE A PREOCUPAÇÃO COM A ÉTICA?**

Para Maximiliano (2010), se o sistema de valores sempre orientasse as organizações para o benefício dos clientes, funcionários e fornecedores, ou para a proteção do ambiente e dos recursos naturais, não seria necessário estabelecer multas e punições precisamente para forçar a obediência a estes comportamentos.

E nós podemos enxergar estas regras que conduzem o comportamento das organizações quando nos referimos ao Código de Defesa do Consumidor, à Lei de Proteção aos Mananciais ou à Lei do Colarinho Branco e ao próprio Código Penal. Imagine como andariam as pessoas no trânsito se não houvesse o Código de Trânsito. Imagine a discrepante relação entre fornecedores e consumidores, não fosse as previsões do CDC.

Daí a importância em se preocupar tanto com a questão da ética. O ideal seria que todos por convicção atendessem às orientações previstas nas condutas éticas para se chegar ao bem-estar social. Como isso não foi possível ainda, eis aí a importância de se falar, de se discutir temas como a ética e a responsabilidade social.

### **12. CONCLUSÃO**

A pesquisa sobre a ética e responsabilidade social possibilitou a compreensão de muitas coisas antes obscuras para leigos na seara administrativa. Aspectos como a organização, funcionamento, a busca dos objetivos e etc., são possíveis de acontecer graças a uma ordenação que utiliza como uma de suas

estratégias a forma de comportamento, sendo para esta, imprescindíveis os conhecimentos de ética, o que responderia uma das perguntas provocadoras desta pesquisa.

Além dessas relações que envolvem as normas de conduta daqueles que fazem parte das organizações (os funcionários, os coordenadores, os diretores, administradores, os acionistas, etc.) foi possível esclarecer o porquê de tanta preocupação com a responsabilidade social.

Estudo possibilitou chegarmos à conclusão que o fato de as empresas procurarem ser responsáveis socialmente não se dá por terem elas consciência dessa responsabilidade, porém porque a sociedade, através de organizações como ONGs e outras, a despertam e exigem um comportamento desejável. Como a política das organizações é passar a ideia de que refletem o interesse da sociedade, elas procuram “sair bem na foto”, mas na verdade priorizam os interesses de seus acionistas.

Como bem podemos perceber, o assunto admite inúmeras observações e permite ser estudado a partir de prismas diferentes. No caso de nosso artigo, vale frisar a compreensão das questões que nos turbavam o entendimento respeitante ao tema analisado, além de fornecer um conhecimento maior da seara administrativa.

### **13. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ASHLEY, Patrícia Almeida (coordenação). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. Ed. Reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. Ed – ajustada ao novo código civil. São Paulo. Saraiva. 2002.

